



FILIADO À **FASUBRA**
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

GESTÃO
2025 - 2028

29/09/2025

30/2025

Amanhã tem **PARALISAÇÃO!** Fim do convênio Unicamp com a universidade de Israel

Vamos exigir também que o Consu se manifeste em relação à autarquização da Saúde

Amanhã (30), vamos PARALISAR para cobrar do Conselho Universitário (Consu) um posicionamento em relação ao convênio firmado pela Universidade com a instituição israelense Technion – Israel Institute of Technology.

A Technion é um dos pilares do complexo industrial-militar de “Israel”, desenvolvendo tecnologias de segurança que sustentam e ampliam o genocídio contra o povo palestino.

A assembleia realizada em 25/09, reafirmou o compromisso do STU com a luta do povo palestino.

Enquanto assistimos diariamente o genocídio, expulsões e destruição promovidos pelo Estado de Israel, não podemos permitir que a nossa universidade siga de mãos dadas com quem alimenta essa política de extermínio.

A Unicamp deve se posicionar do lado da vida, da justiça e da liberdade, e não ao lado de quem perpetua crimes contra a humanidade.

Por isso, vamos nos somar aos estudantes e demais setores da comunidade universitária para exigir do Consu a suspensão imediata dessa parceria.

A assembleia também aprovou apoio à Global Sumud Flotilha, embarcações de ativistas do mundo inteiro que levam ajuda humanitária a Gaza, desafiando o bloqueio e denunciando a barbárie imposta ao povo palestino. Destacamos o apoio à companheira Mariana Conti, servidora técnico-administrativa da Unicamp e vereadora de Campinas, e os servidores da USP, Magno Carvalho e Bruno Gilga, que integram essa iniciativa.

Mais uma vez, o STU se soma às vozes que lutam pelo fim do genocídio e pela garantia do

direito à autodeterminação da Palestina.

O STU entende que a defesa da Palestina também é a defesa da universidade pública, democrática, crítica e comprometida com a dignidade humana. Por isso, convocamos toda a categoria a se unir neste protesto, mostrando que não aceitamos a cumplicidade da reitoria com a violação dos direitos de um povo que resiste há décadas contra a ocupação e a opressão.

STU vai ocupar o Consu!

Outro ponto deliberado na última assembleia foi a reivindicação para que o STU tenha novamente espaço no Consu. Por muitos anos, o sindicato teve cadeira com direito a voz no Conselho, mas esse direito foi negado pelas gestões autoritárias anteriores.

Não à autarquização

A PARALISAÇÃO também terá como pauta a luta contra a proposta de autarquização da Área da Saúde, que o reitor, de mãos dadas com o governador Tarcísio, tenta empurrar sob o falso argumento de “alívio às contas da universidade”.

O que está por trás dessa proposta é um projeto de desmonte: ao transferir os hospitais e centros da Unicamp para a Secretaria Estadual da Saúde, a universidade abre as portas para a privatização, enfraquece a luta por financiamento público, ataca a estabilidade dos vínculos de trabalho e ameaça a própria carreira PAEPE, que pode deixar de existir para novos contratados.

Além disso, a medida coloca em situação de extrema vulnerabilidade os trabalhadores da Funcamp, que já sofrem com condições precárias de contratação e poderão ser demitidos caso outra fundação assumo o

serviço.

Na sexta-feira (26), o STU sediou uma importante reunião com entidades do campus – a APGe DCE – e a participação da assessoria da vereadora Fernanda Souto (PSOL), que tratou da realização de uma Audiência Pública estadual-municipal sobre a autarquização.

A audiência será sediada na Câmara Municipal de Campinas, dia 14/10, às 19h, e conta também com a organização do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

Esse encontro é o passo inicial na construção de uma campanha de conscientização que lançaremos para alertar a comunidade universitária e a sociedade sobre os graves riscos dessa medida.

Outra medida prevista pelo deputado é convocar o reitor da Unicamp e o Secretário Estadual de Saúde para detalhar o projeto da autarquização nas Comissões de Saúde e de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

É importante nos engajarmos nesta luta porque a autarquização não vai afetar somente os usuários do serviço, mas nós, trabalhadores, professores e estudantes que teremos nossos trabalhos prejudicados com o sucateamento dos hospitais e centros.

Por isso, nossa PARALISAÇÃO, de amanhã, será um marco: de um lado, para reforçar que não aceitaremos que a Unicamp seja cúmplice do genocídio palestino ao manter convênio com uma instituição diretamente vinculada ao aparato de guerra; de outro, mostrar que resistiremos a toda tentativa de desmonte da nossa universidade pública, especialmente o SUS, e nossos direitos.

Trabalhadoras e trabalhadores da Unicamp: Amanhã é dia de PARALISAÇÃO E LUTA!

Reforma Administrativa: fim do serviço público!

O Congresso Nacional voltou a colocar em pauta uma das maiores ameaças já vistas ao serviço público brasileiro: a Reforma Administrativa.

Vendida pelos parlamentares como uma modernização necessária, a verdade é que a proposta representa um duro ataque ao serviço público, aos servidores e, sobretudo, à população que depende de políticas públicas.

Embora o conteúdo exato da reforma ainda não tenha sido apresentado, as linhas gerais são conhecidas a partir de declarações do relator do Grupo de Trabalho, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), e do presidente da Câmara, Hugo Motta (REP-PB).

Os resultados são catastróficos: fim da estabilidade dos servidores, fragilização dos concursos públicos, ampliação indiscriminada das contratações temporárias e até mesmo a possibilidade de inclusão de medidas de ajuste fiscal que podem comprometer programas sociais essenciais, como o Bolsa Família.

Na prática, a proposta abrirá caminho para

a precarização do serviço público.

A estabilidade dos servidores, pilar contra perseguições políticas e instrumento de defesa da sociedade, está sob ataque. Ao permitir contratações temporárias cada vez mais simplificadas, até mesmo por entrevistas, o projeto substitui o ingresso por concurso público por formas precárias e vulneráveis, como os "apadrinhamentos". Isso compromete a qualidade do atendimento, afetando diretamente áreas como a saúde e a educação.

Outro ponto grave é a tentativa de implantar avaliações de desempenho subjetivas, vinculadas a instrumentos como o Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Essa medida abre espaço para perseguições, assédio moral e até demissões arbitrárias, além de resgatar a velha lógica de remuneração variável por produtividade, que já se mostrou fracassada no passado.

A narrativa de "enfrentar privilégios" também não se sustenta.

O suposto combate a supersalários não vem

acompanhado de mudanças legislativas concretas, permanecendo como discurso vazio, usado apenas para justificar o desmonte de direitos da maioria dos servidores.

Essa reforma se apresenta como a maior tentativa de desmonte do Estado brasileiro desde os anos 1990, quando o projeto de Bresser Pereira abriu caminho para a lógica privatista e de ajuste fiscal que tanto precarizou o país.

Cabe lembrar, que no governo Bolsonaro derrotamos a PEC 32, que era a tentativa de reformar o Estado e entregar para a iniciativa privada. O atual parlamento que é inimigo do povo tenta ressuscitar a PEC 32 e, nova roupagem.

Agora, sob o discurso de modernização, tenta-se entregar o serviço público aos interesses privados, atacando não só os trabalhadores, mas toda a sociedade.

O serviço público é patrimônio do povo brasileiro. Não aos retrocessos!

STU participa de encontro que discute assédio



A primeira coordenadora geral do STU, Marli Armelin, as diretoras Juliana Franco, Rosemar Sant'Anna, Eva Lopes Teixeira e as trabalhadoras aposentadas, Magda e Ilei Amorim e Adelina Fernandes, foram recebidas em Brasília pela também companheira da Unicamp e coordenadora da Mulher Trabalhadora da Fasubra, Bianca Zupirulli.

Nossas companheiras participaram do "Encontro Nacional de Políticas Sociais: contra o Assédio Moral, Sexual e Saúde Mental", realizado pela Fasubra, nos dias 26 e 27/09.

Segundo a federação, o evento teve como objetivos debater estratégias de enfrentamento ao assédio moral e sexual nas

instituições de ensino, promover a defesa da saúde mental dos trabalhadores e fortalecer a articulação entre as entidades filiadas para ações coletivas e de prevenção.

A iniciativa visa criar um ambiente de trabalho mais seguro, saudável e respeitoso para todos que atuam na educação pública.

Vale destacar que o combate ao assédio é uma das demandas principais presentes em nossa Pauta Específica 2025.

Além disso, o STU firmou com a Unicamp e o Ministério Público do Trabalho em Campinas um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que estabelece políticas de combate ao assédio moral na Universidade.

STU ORGANIZA CARAVANA À MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, EM BRASÍLIA

O STU organiza uma caravana para a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, no dia 25 de novembro de 2025, em Brasília.

A saída será de Campinas no dia 24/11, às 18h, com retorno em 25/11, após a marcha.

As inscrições já estão abertas através do formulário [<https://bit.ly/caravanastu>], com prioridade para trabalhadoras da ativa e aposentadas negras da Unicamp.

A Marcha retoma a histórica mobilização de 2015, quando mais de 100 mil mulheres negras marcharam contra o racismo e a violência. E os dados mostram que a luta segue urgente: segundo o RASEAM 2025, 70% dos lares chefiados por mulheres negras estão entre os de baixa renda, contra 43,8% quando a chefia é de mulheres brancas.

Sempre na linha de frente contra o racismo e o sexismo, o STU soma forças a esse movimento histórico para reafirmar: sem reparação e justiça para as mulheres negras, não haverá democracia real no Brasil.